

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmºs Senhoras e Senhores Vereadores,

Deputados Municipais,

Presidentes de Junta,

Representantes das Autoridades

E da Comunicação Social,

Caras e caros convidados

*“Hoje sou um homem mais velho com a mesma preocupação. Entendia que íamos criar uma democracia que não fosse meramente formal, procedimental, mas profunda, em que reconhecêssemos o mérito, respeitássemos a dignidade e se impusesse a ética do bem comum. Isto era utópico, reconheço hoje, mas era o que eu e muitos dos meus camaradas pensávamos. Pensávamos que podíamos criar um desenvolvimento económico, com um Estado social que não deixasse ninguém para trás. Infelizmente não aconteceu, muitos foram os que deixámos para trás e deixamos ainda.”*

(Entrevista a António Ramalho Eanes, ao Expresso, de 3 de fevereiro de 2018)

Mais de metade da população mundial vive hoje em democracia. Paradoxalmente, nunca se terá visto tão grande insatisfação com a democracia. A legalidade é importante mas a legitimidade é imprescindível. Metade da população nem sequer vota. Parece constatar-se que as estruturas supranacionais assumem a soberania dos Estados sem que estes se sintam suficientemente representados. Na União Europeia, órgãos como o Eurogrupo ou o Banco Central Europeu, impõe-se aos Estados sem que se lhes reconheça legitimidade. A impotência dos governos nacionais parece aumentar.

Muitas vezes, consideramos que a democracia está enraizada, outras sentimos alguma descrença, desilusão, desconfiança, embora quase nunca se apaga a esperança ou mesma a acesa convicção de que a liberdade é inquestionável, a igualdade um denominador comum e a solidariedade está intrínseca e é indissociável aos valores mais sólidos e estruturantes da sociedade.

Mas o país não é aquele que queríamos que fosse. As sempre anunciadas grandes reformas não se concretizam, emigram os melhores de nós, temos problemas demográficos de natalidade de interioridade.

Parece faltar uma estratégia nacional que estabeleça um horizonte perceptível, aceite e mobilizador.

Haverá um objetivo alheamento que se manifesta na abstenção às eleições e na reduzida participação cívica dos cidadãos que,

tendencialmente, se afastam dos partidos e da política. Os partidos políticos estarão sob suspeita permanente. Fecham-se à sociedade, a democraticidade interna é limitada, faltam mecanismos de participação, falta de transparência, falta de confiança.

A descrença da população nos partidos e nas políticas tradicionais manifestadas cada vez mais veementemente nas redes sociais, percepção da opinião pública e nas ruas não pode levar à simples negação política, pondo em risco os avanços democráticos obtidos nas últimas décadas, as instituições e os valores republicanos.

Este hipotético deslaçamento entre a sociedade e a política, que provavelmente terá de se libertar da partidocracia, não pode adubar um terreno tendencialmente fértil à proliferação da demagogia e populismos nem para a erupção de autoritarismos, alguns com verniz democrático, que já se vislumbram.

A paralisia, o sufoco, o rancor, a revolta que facilmente estes arautos aproveitam e gerem, precisa de uma resposta e a solução para esse apaziguamento e reconciliação está na democracia.

Os valores e os princípios precisam de ser, permanentemente, materializados e aperfeiçoados. Os intelectuais, os investigadores, os líderes políticos terão de se apressar. A democracia representativa não estando em perigo é insuficiente e precisa ser reinventada.

O recente apelo aos independentes não chega, é necessário atrair os jovens. Diz-se que não há futuro sem olhar o passado, mas o futuro tem de participar no presente. No presente, as pessoas têm melhor e mais qualificada formação académica e, portanto, tem uma base sustentada para desempenhar um trabalho político de maior qualidade. Perante esta perceptível falência do atual sistema político/partidário parece haver necessidade de uma renovação responsável, atraindo a juventude para a participação direta e organizada da sociedade.

Os jovens, sobretudo, não se veem representados nos partidos e nem se reveem nas políticas tradicionais em grande parte, provavelmente, pelo distanciamento entre a burocracia partidária à rotina dinâmica da sociedade atual e os mecanismos de democracia direta, facilitados pela tecnologia.

Mas nós, podemos e devemos fazer o trabalho de casa e, localmente, os partidos têm obrigação de criar condições talvez modificando a estrutura das instituições para que se tornem mais abertas para ouvir as demandas dos jovens contribuindo para criar uma cultura de participação. Este é um desafio para tentar aprofundar e democratizar a democracia.

Viva a democracia!

Viva a Lousã!

Viva Portugal!